

Agropecuária puxa alta do PIB, mas juro freia o ritmo da economia

Economia brasileira apresentou crescimento de 2,3% em 2025, revela levantamento do IBGE

Por Martha Imenes

A economia brasileira cresceu 2,3% em 2025, marcando o quinto ano consecutivo de expansão, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado foi impulsionado principalmente pela agropecuária, que registrou alta de 11,7%, enquanto os serviços avançaram 1,8% e a indústria 1,4%.

Em valores correntes, o Produto Interno Bruto (PIB) somou R\$ 12,7 trilhões. O PIB per capita, que divide o valor total pela população, chegou a R\$ 59.687, com crescimento real de 1,9% em relação a 2024.

Agropecuária

O desempenho do campo foi decisivo para o resultado. A produção de milho (23,6%) e soja (14,6%) bateu recordes, elevando a produtividade e garantindo peso de 32,8% no crescimento do PIB.

Na indústria, o destaque foi a extração de petróleo e gás, que cresceu 8,6%. Já a construção civil ficou praticamente estável, com alta de apenas 0,5%.

O setor de serviços também mostrou aquecimento, com crescimento em todas as áreas: informação e comunicação (6,5%), atividades financeiras e de seguros (2,9%), transporte e armazenagem (2,1%), além de comércio e atividades imobiliárias.

Somadas, agropecuária, indústria extrativa, serviços diversos e informação e comunicação responderam por 72% da expansão da economia.

Consumo

Do lado da demanda, o consumo das famílias cresceu 1,3%, impulsionado pelo mercado de trabalho, crédito e programas de transferência de renda. O resultado, porém, foi bem menor que o avanço de 5,1% em 2024, reflexo da política de juros altos.

O consumo do governo subiu 2,1%, enquanto os investimentos avançaram 2,9%, puxados pela importação de máquinas, softwares e pela construção. A taxa de investimento ficou em 16,8% do PIB.

“O consumo das famílias estagnado no segundo semestre mostra um comportamento um pouco mais fraco da demanda doméstica. Formação Bruta em queda, também corrobora o diagnóstico”, avalia Natalie Victal, economista-chefe da SulAmérica Investimentos.

Já o economista da Genial Investimentos, Yihao Lin, avalia que o resultado trimestral do PIB veio em linha com as projeções, “apesar de alguns pontos em relação à sua composição terem chamado a atenção, sugerindo um maior impacto dos efeitos adversos da política monetária sobre os setores mais sensíveis ao ciclo econômico”.

“Embora o crescimento anual de 2,3% em 2025 seja positivo,

o encerramento do ano aponta para uma absorção doméstica privada mais fragilizada”, avalia o economista.

Efeito dos juros

No último trimestre, o PIB ficou praticamente estável, com alta de apenas 0,1% sobre o trimestre anterior. Os serviços cresceram 0,8% e a agropecuária 0,5%, mas a indústria recuou 0,7%.

Segundo o IBGE, a desaceleração foi causada pelo aperto monetário. O Banco Central elevou a taxa Selic de 10,5% em setembro de 2024 para 15% em junho de 2025, mantendo-a nesse patamar. A medida buscou conter a inflação, que ficou fora da meta durante 13 meses seguidos.

Com juros altos, o crédito ficou mais caro, reduzindo consumo e investimentos. Apesar disso, o ano terminou com a menor taxa de desemprego já registrada, mostrando que o

mercado de trabalho resistiu ao desaquecimento.

Para Pablo Spyer, economista e conselheiro da Ancord, o resultado reflete os efeitos cumulativos da política monetária restritiva. “O aperto de juros ao longo de 2024 e 2025 foi se transmitindo com as defasagens usuais, esfriando o consumo, os investimentos e parte da atividade industrial”, pontua.

Últimos 5 anos

- 2021 (4,8%): retomada pós-pandemia, serviços e indústria em destaque.
- 2022 (3%): serviços lideraram, agro recuou.
- 2023 (3,2%): agropecuária foi o motor principal.
- 2024 (3,4%): consumo das famílias e serviços puxaram a alta, agro caiu.
- 2025 (2,3%): agropecuária voltou a liderar, com recordes de produção.



Milho puxou a produção agropecuária, que registrou alta de 11,7% no período

Caged: Brasil teve saldo positivo de 112,3 mil postos de trabalho em janeiro

O Brasil apresentou um saldo de 112,3 mil novos postos de trabalho com carteira assinada em janeiro. O resultado foi obtido com a admissão de 2,2 milhões pessoas e 2,09 milhões de desligamentos. Os dados fazem parte do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Os dados trazem ajustes, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores e que são retificadas pelo ministério.

O salário médio real de admissão em janeiro, segundo o IBGE, foi de R\$ 2.389,78, uma variação positiva de R\$ 77,02 (3,3%) em relação a dezembro do ano passado (R\$ 2.312,76). Em comparação com janeiro

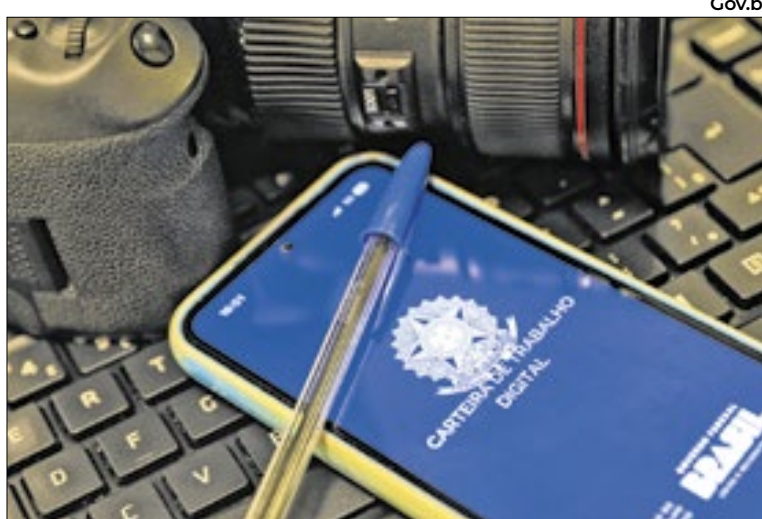
de 2025, o aumento foi de R\$ 41,58 (1,77%).

Setores

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em janeiro. Apenas o comércio apresentou queda de 56,8 mil postos, devido a sazonalidade. Os demais tiveram aumentos. Sendo Serviços (40,2 mil), Comércio (56,8 mil), Indústria (de transformação, de extração e de outros tipos), com 54,9 mil postos, Construção civil (50,5 mil) e Agropecuária, com 23,03 postos.

Regiões e estados

Em janeiro foram registrados saldos positivos em 18 das 27 unidades federativas, com destaque para Santa Catarina, com 19 mil



Sazonalidade no pós-festas impactou o resultado

postos de trabalho, seguido por Mato Grosso, com 18,7 mil, e Rio Grande do Sul, com 18,4 mil.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, o número de vagas com carteira assinada

criados em todo o país só não foi maior porque, em decorrência da sazonalidade no pós-festas de fim de ano, verificou-se um saldo negativo no Comércio, de 56,8 mil postos.

Grupos populacionais

No recorte populacional, os homens ocuparam, em janeiro, a maioria das vagas formais geradas no país. Eles foram responsáveis por preencher 94,53 mil postos, enquanto as mulheres ocuparam 17,79 mil vagas.

Na análise por faixa etária, adolescentes e jovens de até 24 anos ocuparam 99,5% dos postos: 111,80 mil vagas. Levando-se em conta o nível de escolaridade, as pessoas com nível médio completo foram as que mais preencheram vagas em janeiro (69,61 mil), seguidas daquelas com nível médio incompleto (12,76 mil).

No quesito raça, os postos foram preenchidos por pessoas pardas (76,56 mil), seguidas das brancas (33,56 mil), pretas (13,21 mil) e indígenas (4,16 mil).